

AS TRANSFORMAÇÕES NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA COM A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO INTERIOR DO ESTADO DO MARANHÃO

TRANSFORMACIONES EN LA DISCIPLINA DE SOCIOLOGÍA CON LA REFORMA DE LA ESCUELA SECUNDARIA EN EL ESTADO DE MARANHÃO

TRANSFORMATIONS IN THE DISCIPLINE OF SOCIOLOGY WITH THE REFORM OF HIGH SCHOOL IN THE STATE OF MARANHÃO

Recebido em: 10/02/2023

Aceito em: 30/04/2024

Publicado em: 18/07/2024

Juliana Moraes Castro¹
Amanda Gomes Pereira²

Resumo: Com a implementação da Medida Provisória 746 (MP 746/20162), que, posteriormente, tornou-se a Lei 13.145/20173, mediante sua aprovação no Congresso Nacional vigorou no Brasil uma política de enfraquecimento entorno das políticas públicas educacionais e da produção da Ciência, em contrapartida ao alinhamento e fortalecimento de tendências neoliberais. Com o novo formato, a disciplina de Sociologia sofreu com a redução de sua carga horária, tendo em vista que, com a nova configuração, o currículo se encontra organizado em Itinerários Formativos, a quais estão distribuídos em três componentes, sendo, eles Aprofundamento, Eletivas e Projeto de Vida para com os quais estes componentes devem conversar com os quatro eixos estruturantes (Investigação Científica, Mediação e Intervenção Sociocultural, Processos Criativos e Empreendedorismo), voltando-se, portanto, para uma formação técnica e profissional. Ao privilegiar uma educação utilitária e mercadológica, a reforma passa a corroborar com os interesses predominantes de grandes corporações particulares do setor educacional, bem como a preparação de mão de obra para fomentar a economia capitalista, contribuindo desta maneira com a precarização da educação pública brasileira. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre as transformações e impactos em torno da disciplina de Sociologia com a reforma do ensino médio, na rede estadual do município de São Bernardo, estado do Maranhão. Metodologicamente, optou-se, pela pesquisa de cunho qualitativa empregando métodos da Antropologia como a escrita do diário de campo. A escrita deu-se também mediante o arcabouço teórico disponível e os dados adquiridos com a entrada dos pesquisadores em campo. Participou da pesquisa um professor da disciplina de Sociologia da respectiva rede de ensino. Como conclusão, apontamos alguns dos problemas atualmente vivenciados por professores da rede de ensino do estado do Maranhão que já vinham antes mesmo da aprovação da reforma, como a falta de infraestrutura adequada das escolas para a real oferta e garantia dos itinerários formativos.

Palavras-chave: Sociologia; Reforma do Ensino Médio; Currículo do Estado do Maranhão.

Resumen: Con la implementación de la Medida Provisional 746 (MP 746/20162), que luego se convirtió en la Ley 13.145/20173, tras su aprobación en el Congreso Nacional, entró en vigor en Brasil una política de debilitamiento de las políticas públicas educativas y de la producción de Ciencias. contraste con el alineamiento y fortalecimiento de las tendencias neoliberales. Con el nuevo formato, la disciplina Sociología sufrió una reducción en su carga horaria, considerando que, con la nueva configuración, el plan de estudios se organiza en Itinerarios Formativos, los cuales se distribuyen en tres componentes, a saber, Profundización, Optativas y Proyecto de Vida, para lo cual se Los componentes deben atender a los cuatro ejes estructurantes (Investigación Científica, Mediación

¹ Licenciada em Ciências Humanas/ Sociologia (CCSB/UFMA). Especialista em Cidadania, Inclusão e Diversidade. Universidade Federal do Maranhão, contato: juliana-moraessb@hotmail.com

² Doutora em Ciências Sociais PPCIS/UERJ. Docente do Curso de Especialização em Cidadania, Inclusão e Diversidade. Universidade Federal do Maranhão. Professora de Sociologia do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia, CCSB/UFMA. Docente permanente do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – Mestrado Acadêmico – Imperatriz. Coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero e Educação Chita/Gitã/ CNPq, contato: ag.pereira@ufma.br

e Intervención Sociocultural, Procesos Creativos y Emprendimiento), centrándose por tanto en la formación técnica y profesional. Al priorizar la educación utilitaria y de mercado, la reforma corrobora los intereses predominantes de las grandes corporaciones privadas en el sector educativo, así como la preparación de mano de obra para promover la economía capitalista, contribuyendo así a la precariedad de la educación pública brasileña. Desde esta perspectiva, el objetivo de este trabajo es reflexionar sobre las transformaciones e impactos que rodean la disciplina de Sociología con la reforma de la educación secundaria, en la red estatal del municipio de São Bernardo, estado de Maranhão. Metodológicamente se optó por una investigación cualitativa utilizando métodos antropológicos como la redacción de un diario de campo. La redacción también se realizó utilizando el marco teórico disponible y los datos adquiridos con el ingreso de los investigadores al campo. En la investigación participó un profesor de Sociología de la respectiva red educativa. Como conclusión, señalamos algunos de los problemas que actualmente viven los docentes de la red educativa en el estado de Maranhão y que ya existían incluso antes de la aprobación de la reforma, como la falta de infraestructura adecuada en las escuelas para la real provisión y garantía de itinerarios formativos.

Palabras clave: Sociología; Reforma de la Educación Secundaria; Plan de estudios del Estado de Maranhão.

Abstract: With the implementation of Provisional Measure 756(MP 746/20162), which later became Law 13.145/20173, through its approval in the Nacional Congress, a policy of weakening around educational public policies and the production of Science was in force in Brazil, in contrast to the alignment and strengthening of neoliberal tendencies. With the new format, the discipline of Sociology suffered from the reduction of its workload, considering that, with the new configuration, the curriculum is organized in Formative Itineraries, which are distributed in three components, being, the Deepening, Elective and Lie Project for which these components must to the four structuring axes Scientific Research, Mediation and Sociocultural Intervention, Creative Processes and Entrepreneurship Educational, as well as the preparation of labor to foster the capitalist economy, thus contributing to the precariousness of Brazilian public education. In this perspective, the objective of this work is to make a reflection on the transformations and impacts around the discipline of Sociology with the reform of high school, in the state network of the municipality of São Bernardo, state of Maranhão. Methodologically, we opted for qualitative research using methods of Anthropology such as the writing of the field diary. The writing also took place through the available theoretical framework and the data acquired with the entry of the researching in the field. A professor of the discipline of Sociology of the respective teaching network participated in the research. In conclusion, we point out some of the problems currently experienced by teachers of the school system of the state of Maranhão who were already coming even before the approval of the reform, such as the lack of adequate infrastructure of the schools for the real offer and guarantee of the training itineraries.

Keywords: Sociology; High School Reform; Curriculum of the State of Maranhão.

INTRODUÇÃO

O conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstruindo tanto esse universo como a si mesmo como uma parte integral deste processo (GIDDENS, 2021, s.p.).

A disciplina de sociologia auxilia os indivíduos a se conscientizarem e encontrarem o seu papel na sociedade, uma vez que a mesma ajuda o indivíduo a ser mais tolerante no espaço social, respeitando às transformações sociais e intelectuais. Através do estudo da sociologia, os sujeitos e sujeitas saberão dos seus papéis e o seu lugar na sociedade, intervindo e atuando diretamente no contexto social em que estão inseridos – sendo esse um dos pressupostos dos pensamentos de Marx e Durkheim, para os quais a práxis é uma dimensão importante.

DOI: <https://doi.org/10.62236/missoes.v10i1.262>

ISSN: 2447-0244

É importante ressaltar que o saber sociológico está ligado ao modo de investigar, explicar, interpretar e descrever os fenômenos sociais. A disciplina de sociologia tem por pressuposto auxiliar o homem a desnaturalizar as relações e práticas sociais, estranhando o que lhe parece familiar no cotidiano. Este artigo aponta, portanto, para a importância do pensamento sociológico para a educação por estar voltado especificamente para uma compressão dos problemas sociais, e por promover reflexões no intuito de gerar debates sobre esses possíveis problemas – em alguns casos, sendo base para a proposição de políticas públicas

No tocante à relação da Sociologia com a escola, um dos objetivos da sociologia no ensino médio, segundo as Orientações Curriculares do Ensino Médio (BRASIL, 2006), é justamente “formar o cidadão crítico”, apresentando os diferentes modos de pensar, ou a reconstrução ou a desconstrução desses modos de agir e pensar. À sociologia se atribui um duplo papel, que é o da desnaturalização e do estranhamento, desenvolvendo a prática de desnaturalizar as concepções dadas sobre os fenômenos sociais, tornando-os estranhos, problematizando-os.

Com base nas OCEM para a disciplina de Sociologia (Brasil, 2006), as contribuições da disciplina de sociologia para a formação da juventude brasileira apontam que: “as razões pelas quais a Sociologia deve estar presente no currículo do ensino médio são diversas. A mais imediata [...] é sobre o papel [...] na formação do aluno e em sua preparação para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2006, p. 109). A “desnaturalização” e o “estranhamento” fazem parte dos métodos de análise da sociologia, e permitem aos estudantes uma interpretação do cotidiano com a consciência de que os fenômenos políticos, econômicos e culturais são fruto de um processo histórico, social, econômico e cultural.

Com isso, é relevante destacar como a Sociologia se encontra presente no cotidiano dos estudantes, fazendo com que estes reflitam sobre sua realidade social, a partir de diferentes perspectivas, tendo em vista principalmente onde esses estudantes se encontram, como é o caso do município de São Bernardo/MA, foco deste trabalho. Nesse sentido, a Sociologia contribui para a ruptura com a perspectiva do senso comum, uma vez que o conhecimento produzido pela área é fruto de pesquisas científicas.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre as transformações e impactos em torno da disciplina de Sociologia com a reforma do ensino médio, na rede estadual do município de São Bernardo, estado do Maranhão. Metodologicamente, optou-se, pela pesquisa de cunho qualitativa empregando métodos da Antropologia como a escrita do diário

de campo. Já para a escrita utilizou-se de documentos oficiais, como, a BNCC, LDB, DCTM-EM dentre outros aportes teórico-metodológico disponível e os dados adquiridos com a entrada dos pesquisadores em campo. Participou da pesquisa um professor da disciplina de Sociologia da respectiva rede de ensino do estado, este por sua vez, respondeu a um questionário com perguntas previamente elaboradas sobre a reforma do Ensino Médio no Maranhão.

A INTERMITÊNCIA DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Quando nos debruçamos sob a Sociologia e seu papel na Educação Básica, podemos vislumbrar contribuição dada pela disciplina a formação humana. Em consonância a isto, o sociólogo Florestan Fernandes, afirma que, “não há dúvida que a educação modela o homem. Mas é este que determina socialmente, a extensão das funções construtivas da educação em sua vida” (FERNANDES, 1966, p.420). Desta forma, o ensino de Sociologia nos faz pensar sobre as relações sociais (desiguais), as diferenças culturais e relações políticas existentes no meio em que pertencemos.

Neste viés, a sociologia possibilita aos estudantes uma efetiva apreensão de conceitos e categorias de análise, que fornece a eles os pressupostos necessários para pensarem a vida social de forma mais profunda. Saliento com isso, que, através do ensino de sociologia os sujeitos adquirem subsídios que lhes fornecerão uma visão crítica da realidade.

Podemos compreender que a partir da Sociologia passamos a interagir de forma distinta na sociedade, com uma visão mais crítica, contribuindo para a construção do conhecimento. A sociologia nos oferece um olhar a partir de um espectro mais amplo, esclarecendo processos que acontecem no mundo e, assim, nos faz perceber que a nossa realidade vai mais além do que possamos imaginar. O autor Otavio Ianni (1997) destaca a importância da sociologia:

Como forma de autoconsciência científica da realidade social [...], que expressa o entendimento que a sociedade, no seu todo ou em seus segmentos mais importantes, desenvolve a propósito de sua organização e seu funcionamento, refletindo o modo pelo qual ela se produz e reproduz, forma e transforma (IANNI, 1997, p. 15).

Sob esse prisma, a sociologia é importante para a sociedade atual, pois busca estudar o comportamento individual e coletivo diante dos possíveis problemas que surgem na sociedade e buscando enfrentá-los.

A disciplina visa analisar e prever possíveis acontecimentos para as gerações atuais e futuras, nos auxiliando a compreender e realizar um debate propositivo em torno das questões e dilemas que vivenciamos atualmente, tais como: a pobreza, violência, desigualdade, criminalidade, desemprego, dentre outros.

Com vistas nisso, fica evidente que o ensino de sociologia corrobora para conscientizar os indivíduos a encontrarem o seu papel na sociedade, pois gera reflexividade acerca da sua própria realidade social, uma compreensão da diversidade de modos de ser e existir no mundo. Também, permite que o indivíduo veja o mundo social a partir de outro, que compreenda o olhar do outro – um olhar sociológico, promovendo o encontro com a alteridade, pois só assim é possível compreender a vida que outras pessoas vivem, entendendo melhor contextos e realidades distintas. É no exercício da alteridade que o respeito se constitui.

Diante disto, é notório que o ensino de sociologia ofereça importantes subsídios para a formação cidadã de nosso alunado, bem como para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Contudo, historicamente a disciplina enfrenta constantes ataques a sua permanência no currículo. Deste a sua criação, a sociologia é marcada por avanços e retrocessos, hora presente no currículo, hora retirada.

Do ponto de vista histórico, uma das características fundamentais do ensino da sociologia na educação básica brasileira é sua intermitência e descontinuidade. Períodos curtos e restritos de implantação da disciplina são intercalados por longos períodos de banimento e exclusão, principalmente durante o regime militar implantado em 1964. [...] Só no final do regime militar e com a redemocratização do país é que estas disciplinas retornam pouco a pouco aos currículos escolares, assim mesmo de forma restrita e localizada (VARGAS, 2004, p. 4).

Durante a ditadura militar, a sociologia foi retirada da educação básica, devido ao contexto da ditadura e da repressão, tornava-se impossível sua permanência haja visto que ela vista como um conhecimento “perigoso”, tendo em visto sua capacidade de refletir sobre os acontecimentos que rodeiam a sociedade e formar cidadãos críticos. A sociologia na educação básica é marcada pela luta por sua permanência na estrutura curricular, apresentando problemas que vão desde sua obrigatoriedade, a redução do horário – que já era reduzido e formação de professores habilitados para a disciplina dentre outros.

A Sociologia está em conflito para sua permanência, como foi destacado anteriormente após a instalação da ditadura no Brasil, teve-se a retirada dela por ser vista como um empecilho

a ditadura. A questão do horário é outro fator enfrentado pela Sociologia, geralmente é destinado apenas um horário a sua regência, que fica no final dos horários.

Conforme, apontam as novas políticas educacionais do ensino médio a educação deve agora ater-se a preparação de indivíduos que priorizem o mercado de trabalho, em vez de uma formação mais voltada para criticidade científica.

Nesta forma, enquanto disciplina curricular pode-se dizer que o objetivo geral da Sociologia é conduzir o estudante a pensar sobre a sua realidade social, contribuindo para uma consciência crítica de que toda sociedade é uma construção histórica e não um destino gerido por “leis naturais”, sendo capaz de ser construída e reconstruída de acordo com as necessidades dos grupos e indivíduos. Os discentes de Sociologia no Ensino Médio deverão além de interpretar a sociedade em sua volta, se sentir capazes de transformá-la e perceber que é possível a transformação.

Conforme, destaca Feijó (2019), “[...] a Sociologia oferece um conhecimento especializado que nenhuma outra ciência pode trazer”, ou seja, possibilita aos alunos conhecimentos das três áreas das Ciências Sociais sendo fundamental para o pluralismo de ideias preconizado pela LDB (BRASIL, 1996). Desse modo, Feijó (2019; 2020), ressalta que a disciplina de Sociologia contribui para formação de uma cultura política democrática vinculada ao exercício da cidadania levando os estudantes a política levando os estudantes à participação política e contribuindo para uma compreensão em que devem e podem buscar suas reivindicações na sociedade que estão inseridos.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O LUGAR DA SOCIOLOGIA

Em maio de 2008, o Congresso Nacional votou pela implementação da Lei nº. 11.684 de junho de 2008, que consolidou a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio após 40 anos de lutas, transição de idas e vindas, conquistando finalmente seu espaço no currículo brasileiro. Contudo, sua presença enfrenta desafios, tendo a disciplina permanecido, mas com baixa carga horária semanal, no qual geralmente são uma ou duas aulas por semana, geralmente ofertada nos dois últimos horários de aula – realidade está notada durante nossa ida ao campo. Sendo assim, a disciplina passa a ser ensinada de maneira limitada e apressada, corroborando desta maneira com a precarização do ensino de sociologia, comprometendo o pleno desenvolvimento crítico como cidadão de inúmeras gerações de jovens e adolescentes.

DOI: <https://doi.org/10.62236/missoes.v10i1.262>

ISSN: 2447-0244

Em consonância a tal fragilidade do ensino de sociologia, nos dias atuais, há novamente uma tentativa de retirada da disciplina do currículo, com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – em que irei me deter mais especificamente a seguir.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento com intuito de orientar no ensino e aprendizado de nosso alunado, em todas as escolas brasileiras, tanto as públicas quanto privadas, assim como de escolas em tempo integral, as quais devem moldar suas propostas curriculares e se adaptar à nova reforma de ensino.

A Base abrange toda as etapas da educação básica, desde a educação infantil a conclusão do ensino médio, contudo, longe de ser um currículo, pois são documentos diferentes e com objetivos distintos. É, portanto, um documento orientador que apresenta o que se espera que os alunos desenvolvam ao longo de sua educação básica, trazendo habilidades e competências que são apontadas como fundamentais e que devem ser desenvolvidas na escola.

Desse modo, a Base Nacional tem como objetivo orientar na reelaboração de um currículo específico, para cada secretaria de educação municipal e estadual, sem desconsiderar as características pedagógicas, sociais e regionais de cada escola³. Já o currículo, em consonância com a mesma, é entendido enquanto o planejamento do que seria ministrado dentro de uma sala de aula e dos objetivos de conhecimento que se esperava alcançar.

A Base Nacional Comum Curricular, orienta, portanto, na construção desse currículo escolar e a elaboração deverá ser construída de forma que as competências e habilidades colocadas pela BNCC sejam utilizadas em sala de aula. Com isso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem o intuito de prever o que é fundamental para os alunos, todavia, deixa para as escolas a liberdade de decidir o que irá constar no currículo. A Base quer que as escolas incluam questões a respeito da identidade, cultura e contexto conforme a realidade em que as escolas estão, com objetivo de garantir a igualdade e uma sociedade justa, através do respeito a diversidade cultural da sociedade brasileira. Ao prezar pela parte diversificada do Currículo.

Desse modo, é importante destacar que a BNCC, não tem por finalidade apontar como serão desenvolvidas as habilidades e competências, mas apresentar quais são as essenciais, isto

³³ Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional seja um documento de grande relevância no que tange a orientação do ensino brasileiro, apresenta na sua construção fragilidades uma vez que a mesma apresenta um panorama geral de orientações sem levar em conta as especificidades de cada região e seus complexos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem diretamente na educação brasileira. Ao delegar aos municípios e estados a responsabilidade de adequação do documento às suas realidades sem qualquer supervisão deixando que interesses políticos venham a afetar a qualidade do ensino e aprendizagem de crianças, jovens e adolescentes.

é, o que teve ser transmitido em sala de aula não pode ser resumido apenas em conteúdo, mas deve ser reflexivo de maneira que desenvolva as competências e habilidades apresentadas pela Base. Sendo assim, o professor deverá ajustar suas práticas pedagógicas às orientações presentes neste documento.

Atualmente, a Base entrou em vigor com carga de até 1800 horas, sendo o currículo previsto pela Base dividido em dois momentos, o primeiro é durante o ensino fundamental – a formação torna igual para todos os alunos, isto é, os conteúdos serão os mesmos para todos. O segundo momento refere-se ao ensino médio um contexto diferente, pois o aluno poderá escolher “itinerários”, para seguir, definindo as áreas em que considera mais importante para concentrar seus estudos (BRASIL, 2018).

Neste novo modelo do ensino médio, apenas as disciplinas de Português e Matemática continuam como obrigatórias, prejudicando mais uma vez a disciplina de Sociologia que embora seja considerada essencial ao desenvolvimento crítico, possibilitando aos indivíduos uma formação crítica para o convívio social, é posta sob a insígnia de “eletiva” ou seja, ficando desta maneira a cargo da escolha do aluno cursar a disciplina (BRASIL, 2018).

Outro ponto a ser destacado, é que as únicas disciplinas obrigatórias nos três anos do ensino médio são apenas a Língua Portuguesa e Matemática, assegurada as comunidades indígenas especificamente as línguas maternas (conforme a LDB, Art. 35-A, §3º). Independente da área de estudo, o estudante define seu itinerário formativo, mas o ensino das disciplinas de Sociologia, História, Filosofia e Educação Física não devem deixar de ser ministrados, pois a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)* inclui a obrigatoriedade dessas disciplinas no ensino.

Contudo, observa-se, que a BNCC não esclarece em quais anos essas disciplinas serão exigidas (Sociologia, História, Filosofia e Educação Física), deixando a critério das escolas conforme a realidade que os alunos se encontram. Nesse sentido, percebe-se que a BNCC tem por pressuposto acabar o foco conteudista, promovendo uma formação mais ampla “preparando os estudantes para os desafios da vida e o mercado de trabalho”, levando as instituições de ensino a uma reelaboração de seus currículos dentro do contexto da realidade de seus alunos e atender as competências e habilidades previstas no documento. O pressuposto é que os alunos devem ter a possibilidade de fazer suas próprias escolhas no Ensino Médio, procurando conhecimentos nas áreas às quais são mais interessantes para seu projeto de vida que, ao final, promove e incentiva uma técnica e profissional.

PERCURSO METODOLÓGICO: A REFORMA NO ESTADO DO MARANHÃO E NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO/MA

Para a realização deste trabalho desenvolveu-se uma pesquisa com observação de campo, de cunho qualitativo. Com isto, tem-se, portanto, buscado no decorrer deste trabalho a construção de uma escrita crítica, política⁴ e responsável.

Quero uma escrita feminista do corpo que enfatize metaforicamente a visão outra vez, porque precisamos resgatar este sentido para encontrar nosso caminho através de todos os truques e poderes visualizadores das ciências e tecnologias modernas que transformam os debates sobre objetividade. Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico de mal sabemos como nomear (HARAWAY, 1995, p. 20-21).

Nesta assertiva, a autora Donna Haraway ressalta a importância da pesquisadora ter uma escrita crítica do “outro”, cuidadosa e, sobretudo, política, tendo em vista que nos encontramos inseridos em um modelo desigual de sociedade, em que a produção do conhecimento, ou seja, da ciência está imersa em relações de interesses.

Neste caminho, Haraway aponta que: Objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto (HARAWAY, 1995).

Assim, ao pensar minha subjetividade de pesquisadora em campo, portanto, meu atravessamento com o campo, conseqüentemente com o tema discutido, significa enquanto pesquisadora fazer o exercício da alteridade e empatia, desprendendo-me de possíveis juízos de valores. Uma vez que “posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras (HARAWAY, 1995, p.27)”, respeitando seu campo e sujeitos colaboradores.

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento “objetivo” (HARAWAY, 1995, p. 36).

Ora, tal assertiva permite, afirmar que, na pesquisa de campo, pesquisador e participante são sujeitos transformadores do campo, exercendo impacto nas respectivas realidades – de

⁴ Para fins de esclarecimento, é importante pontuar que quando falo de uma escrita política estou referindo-me a uma escrita comprometida com a veracidade dos dados, ou seja, o compromisso com a realização de um trabalho politicamente ético e respeitoso com o mundo dos nossos participantes e em defesa do ensino da Sociologia.

pesquisador e participante. Para isso, cabe ao pesquisador o exercício do “trocar as lentes⁵”, ou mesmo um “olhar sociológico” com o campo.

Cumpre, portanto, destacar que a presente pesquisa se realizou no município de São Bernardo, estado do Maranhão, em uma escola⁶ do estado de ensino médio. Participou da pesquisa o professor Ronilson de Oliveira Sousa, graduado em Ciências Humanas/Sociologia pela Universidade Federal do Maranhão (2015), mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Pará - PROFHISTÓRIA (2020), de 34 anos, pertencente a cor/raça, negra. Sobre o município, é pertinente ressaltar que São Bernardo conta com uma população de aproximadamente 28.825 mil pessoas, segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2021⁷, ficando a 376,3 km da Capital São Luís. Um município rico em cultura e história como aponta a dissertação de mestrado de nosso colaborador professor Ronildo de Oliveira, intitulada “No tempo da pega”: lugares e memórias da Balaiada no ensino de história em São Bernardo/MA⁸”, contudo, é ainda, um município pouco desenvolvido economicamente em decorrência da ineficiência no gerenciamento do poder público.

No que concerne a realização da pesquisa, deu-se, em quatro momentos distintos, sendo o primeiro momento a escolha do aporte teórico-metodológico, enquanto no segundo momento ocorreu a escolha de ida a campo, dando início a minha imersão através da observação que ocorreu de outubro de 2022 a novembro do referido ano.

Já no terceiro momento aconteceu, a realização da entrevista que se sucedeu pelo envio de um questionário previamente elaborado ao professor que, quando terminou de responder, reenviou a mim, chegando, assim a realização da última etapa que reside na apresentação dos dados adquiridos através da entrevista e do meu diário de campo⁹, a qual se dedica está subseção.

O percurso percorrido pela disciplina de Sociologia tem-se mostrado historicamente regido por uma intermitência no que tange sua obrigatoriedade, muito embora, sua reconhecida importância para a formação crítica de homens e mulheres, capacitando-os, assim para uma

⁵ Famosa expressão Antropológica de conhecimento público.

⁶ A fim de preservar o estabelecimento de ensino optou-se por não usar o nome da instituição.

⁷ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-bernardo/panorama>.

⁸ Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597467>.

⁹ Durante o tempo que passei observando a aula, de Outubro de 2022 a Novembro de 2022 com o professor de Sociologia mantive em uso meu diário de campo, no qual fiz minhas anotações sobre o que observei. Por considerar, rico o material adquirido através do diário de campo, estarei fazendo uso de minhas anotações quando necessário no corpo do texto.

visão crítica do mundo a qual estão inseridos, permitindo a estes a problematização das diversas questões que permeiam a sociedade brasileira.

Com isto, deflagra-se o quanto o momento político impacta na efetiva seguridade de um ensino público gratuito e de qualidade, conforme, aponta a Constituição Federal de 1988, e a própria LDB. Ora, em linhas gerais fica explícita a preocupação de governantes com uma sociedade formada de indivíduos críticos e questionadores que “ameacem” seus interesses políticos. Tal fato evidencia a contradição entre os chamados “acordos políticos”, que em vias gerais são regidos pelo poder econômico, ou seja, o interesse do capital se sobrepõe aos interesses coletivo ao contrário do que diz a constituição de 88, no artigo 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ora, ao retirar a obrigatoriedade da Sociologia no ensino, notamos o não cumprimento com o que coloca o artigo 205 da Constituição, tendo em vista que no novo contexto do ensino médio tem-se a preparação e qualificação para o mercado de trabalho. Todavia, a sua formação crítica encontra-se “ameaçada” – uma vez que retirasse a disciplina que fornecerá importantes subsídios para a formação crítica destes sujeitos.

Durante as observações pude observar que a nova reforma é uma novidade para os alunos pois muitos não entendem a nova estrutura do ensino. Observei que grande parte das aulas estão direcionadas em eletiva, projeto de vida e itinerários formativos, reduzindo bastante a carga horária das disciplinas de Ciências Humanas principalmente as aulas de sociologia que sofreram uma redução em seus horários. Infelizmente, com essa redução de aulas de sociologia pude observar que a intenção é retirar o aluno de uma formação crítica porque a nova reforma visa para o mercado de trabalho, por isso, vi muitos alunos confusos, sem entenderem o que estuda nessa nova reforma que foi estabelecida para eles (Trecho Retirado do Diário de Campo, 2022).

Com a implementação da Medida Provisória 746 (MP 746/20162), que posteriormente, tornou-se a Lei 13.415 de 2017, mediante sua aprovação no Congresso Nacional, vigorou no Brasil uma política de enfraquecimento em torno das políticas públicas e da produção da ciência, em contrapartida ao alinhamento e fortalecimento de tendências neoliberais. Com o novo formato, a disciplina de Sociologia sofreu com a redução de sua carga horária, tendo em vista que, com a nova configuração, o currículo se encontra organizado em Itinerários Formativos, a quais estão distribuídos em três componentes, sendo, eles Aprofundamento,

Eletivas e Projeto de Vida para com os quais estes componentes devem conversar com os quatro eixos estruturantes (Investigação Científica, Mediação e Intervenção Sociocultural, Processos Criativos e Empreendedorismo), voltando-se, portanto, para uma formação técnica e profissional.

Neste sentido, quando questionado ao professor como a carga horária da disciplina de sociologia ficou após o novo ensino médio, ele responde que:

Bastante prejudicada. Olhando para a nova estrutura de carga horária do Novo Ensino Médio, é possível observar que grande parte das aulas estão concentradas em Projeto de Vida, Eletivas e Itinerários Formativo, reduzindo drasticamente a carga horária de Sociologia assim como outras disciplinas das Ciências Humanas. Infelizmente essa diminuição de aulas de Sociologia tem uma intenção claramente de retirar o aluno de uma formação crítica ao longo de sua vida dentro e fora da escola, eu acredito que será um prejuízo para a vida do estudante (Trecho Retirado do Diário de Campo, 2022).

Das 3 mil horas, somente 1.800 horas estão destinadas para os conteúdos das disciplinas obrigatórias, conforme norteia a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, enquanto as 1.200 horas são destinadas para a formação técnica e profissional, os chamados itinerários formativos. Estes itinerários formativos “são trajetórias distintas oferecidas ao estudante para o aprofundamento nos seus campos de interesse, com vistas à consecução daquilo que definiu como sendo o seu projeto de vida” (MARANHÃO, 2017, p. 64).

Com vistas nisso, chamo atenção para o fato que no estado do Maranhão, incorporou-se nas bases de construção do Documento Curricular para o Território Maranhense – Ensino Médio em seu volume II, elaborado pela Secretaria de Estado da Educação, depois aprovado pelo Conselho Estadual de Educação através do Parecer nº 340/2021, os princípios norteadores da reforma do ensino médio.

Ao apresentar um currículo estruturado por áreas de conhecimento (Linguagem e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciência da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), bem como, contemplar as dez Competências Gerais proposta pela BNCC o DCTM-EM caminha em diálogo com a reforma do ensino médio, privilegiando um ensino tecnicista.

Vale destacar que “a carga horária anual prevista para a implantação do currículo do Novo Ensino Médio já faz parte da realidade do estado do Maranhão desde 2010, tendo em vista a carga horária de 3.000 horas previstas para os Centros de Ensino de tempo parcial e

4.500 horas para os Centros Educa Mais (MARANHÃO, 2022. p. 70). Desse modo, no estado do Maranhão a rede estadual oferece as 1.800 horas de BNCC nos três anos do ensino médio: língua portuguesa, matemática nos três anos e língua inglesa como obrigatória (Lei nº 13.415/17), já “para os itinerários formativos, a rede dispõe de 1.200 horas distribuídas nas três séries do ensino médio, observadas as particularidades da escolha de cada estudante, em acordo ao seu projeto de vida” (MARANHÃO, 2022. p.118-119).

Para muitos professores e pesquisadores da área, essa reforma foi implementada de forma autoritária, desconsiderando a recente legitimidade do ensino de Sociologia. A vista disto, em 2015 a Associação Brasileira de Ensino em Ciências Sociais (ABECS), apresentou um manifesto sobre a defesa e a obrigatoriedade do Ensino de Sociologia em todas as séries do Ensino Médio, pontuando que as aulas sejam ministradas por docentes formados na área, e tendo no mínimo duas aulas consecutivas por semana.

Neste sentido, quando perguntado sobre como foi o processo de aprovação do novo currículo do Ensino Médio no estado do Maranhão e de que maneira ele dialoga com a BNCC, nosso colaborador destaca que o processo aconteceu mediante encontros formativos organizados pelo órgão da Secretaria de Educação do Governo do Estado, sendo este realizado na regional de Chapadina¹⁰. Para o professor, não houve mudanças significativas no novo currículo (DCTM-EM), sendo considerado como uma “cópia” da BNCC no que tange as orientações.

Com relação ao processo de aprovação, acompanhamos mediante encontros formativos que foram organizados pela Seduc, com escuta por território do Maranhão, aqui ocorreu com um encontro em Chapadina na regional da educação do Baixo Parnaíba. Esse novo currículo eu considero como uma “cópia” do próprio documento da BNCC, não muita coisa, apenas a inclusão de temas voltados ao Maranhão, mas sempre prevalecendo uma leitura nacional de um currículo oficial (Trecho Entrevista com o prof. Ronilson , 2022).

¹⁰ As Unidades Regionais de Educação foram criadas com o objetivo de promover a reestruturação administrativa, a descentralização e a gestão participativa no governo do Estado do Maranhão, resultando no aumento do controle social das ações governamentais. Atualmente as Gerências Regionais estão divididas em 19 (dezenove), sendo, elas: URE Açailândia, URE Bacabal, URE Balsas, URE Barra do Corda, URE Caxias, URE Chapadina, URE Codó, URE Imperatriz, URE Itapecuru-Mirim, URE Pedreiras, URE Pinheiro, URE Presidente Dutra, URE Rosário, URE São João dos Patos, URE Santa Inês, URE Timon, URE Viana, URE Zé Doca e URE São Luís. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/unidades-regionais-de-educacao/>. Acessado em: 30/06/2023.

A partir dos dados disponíveis não é possível afirmar a profundidade do debate propiciado por estes encontros, mas é possível pontuar, que a aprovação da reforma se deu de maneira acelerada, não havendo tempo hábil para um debate profundo acerca dos impactos desta reformulação na formação de jovens e adolescentes brasileiros, sobretudo, aqueles a quais o acesso a determinados capitais culturais¹¹ como; museu, biblioteca pública, cinema, teatro etc; é escasso – quando não negado. Notamos que a reforma desconsidera os avanços e as orientações do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), aprovado em junho de 2014, “após debate público e participação popular, sendo um instrumento de planejamento orientado à execução e ao aprimoramento de políticas públicas do setor entre 2014 e 2024”.

Conforme, colocado por Moraes (2017, p. 5-6), é através da Lei nº 13.415/17, de 16 de fevereiro de 2017, que se instituiu a política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em tempo Integral, alterando desta maneira a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retirando a obrigatoriedade de Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física do ensino médio, resultando na construção dos itinerários formativos.

Com isto, este novo modelo do ensino médio apresenta na sua configuração objetivos e princípios mercadológicos, priorizando a formação para o mercado de trabalho em detrimento da formação crítica. Em consonância a isto nosso colaborador destaca que:

Os princípios mais evidentes tem sido a preparação básica para o mercado de trabalho, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de trabalho. Neste sentido, o novo ensino médio foca muita mais na preparação dos indivíduos ao mercado de trabalho e deixa a desejar na formação crítica, na formação da cidadania desses estudantes (Trecho retirado da entrevista com o prof. Ronilson, 2022).

Ao privilegiar uma educação utilitária e mercadológica, a reforma passa a corroborar com os interesses predominantes de grandes corporações particulares do setor educacional. Ao contribuir, desta maneira, com a precarização da educação pública brasileira. Sob este novo viés, a educação visa a preparação de mão de obra, sobretudo barata para fomentar a aceleração da economia.

¹¹ Segundo, Bourdieu capitais culturais trata-se de um [...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 1998, p. 28).

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, apud MOURA; FILHO, 2017, p. 85).

Observamos, com isso, que no atual contexto, prevalece uma educação capitalista, que caminha em contramão aos avanços em torno das práticas do ensino de Sociologia. Como consequência tem sido evidenciado a confusão por parte do alunado que não sabe como agir diante destas novas mudanças. Embora, não possamos afirmar isto, é pertinente salientar que uma possível consequência a longo prazo é o aprofundamento da precarização da formação humana com um processo de “idiotização” dos sujeitos, em virtude da tecnicização do ensino.

Neste sentido, quando questionado sobre qual o cenário atual que a sociologia se encontra, o professor compreende a situação como preocupante. Para ele, a Sociologia exerce papel primordial na formação humana, sendo sua retirada vista com desaprovação.

Considero que seja um cenário preocupante, hoje o Ensino Médio se resume a implementação de um novo currículo que recebe críticas e muitas vezes causa preocupação por todos nós que estamos em salas de aula preocupados com a formação plena dos estudantes. A Sociologia é fundamental para a formação e tem sido excluída do currículo. Preocupante demais! (Trecho retirado da entrevista, 2022).

Por meio do “estranhamento” e da “desnaturalização”, conhecidos métodos desta ciência, é possibilitada aos jovens e adolescente, a compreensão e interpretação de seus cotidianos. Ainda, a Sociologia permite a problematização de diferentes contextos sociais, uma vez que o educando tenha alcançado o domínio das competências como as de investigar, identificar, descrever, classificar, interpretar e/ou explicar.

Notamos que a disciplina de sociologia está direcionada ao bem comum e os conhecimentos sociológicos, prezando para a construção de uma sociedade de sujeitos críticos e participativos.

Inúmeros são os desafios que se apresentam ao trabalho do professor com esta reforma, que vão desde o desenvolvimento de metodologias ativas, otimização do tempo novamente reduzido e a qualificação de profissionais para atuarem na disciplina de Sociologia. Para nosso colaborador, as dificuldades impostas ao ensino de Sociologia são muitas. Assim quando perguntou-se sobre quais as principais dificuldades enfrentadas em sala de aula, ele respondeu que:

As dificuldades vão desde a falta de material didático adequado para todos os alunos até a falta de interesse dos alunos, a mediação do conhecimento exige do profissional um diálogo constante com sua turma (Trecho retirado da Entrevista com o prof. Ronilson, 2022).

Outro desafio que se coloca ao ensino de sociologia é abertura para a contratação de “profissionais com notório saber” para atuarem na respectiva área – o que representa um atraso para a disciplina. Uma vez que a não formação na área poderá acarretar na qualidade do ensino ofertado pela rede estadual do município de São Bernardo. A partir deste pressuposto, dá-se também a desvalorização de inúmeros profissionais formados na área das Ciências Humanas, Ciências Sociais e afins, abrindo desta forma prerrogativas para exclusão desta disciplina do currículo.

No que concerne a suas experiências no ensino dos Itinerários Formativos, o professor enfatizou que:

Estamos na fase de adaptação ao Novo Ensino Médio, os itinerários estão sendo implementados no 1 ano, chamados de Pré IF, mas já sinto que estamos desenvolvendo um trabalho que nos falta material de apoio, não apenas o manual de orientação do novo ensino médio que foi distribuído, mas a falta de material necessário para que o aluno reconheça de fato as áreas, as profissões com aulas de campos, experiências em laboratório, nada disso a escola dispõe. Logo o itinerário perde o sentido, a função que deveria servir (Trecho retirado da entrevista com o prof. Ronilson, 2022).

Com o início do funcionamento dos itinerários formativos, vemos acontecer a concretização de uma problemática levantada por trabalhos científicos¹² antes mesmo sua

¹²Trabalhos da brasileira Bárbara Nassif Machala, intitulado “A reforma do Ensino Médio no Brasil e seu impacto no ensino da sociologia”, publicado no ano de 2019, no Dossiê "Ensino de Sociologia: Docência e Experiências na Educação. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarespostos/article/view/12360>. Um outro trabalho pertinente é de autoria do pesquisador Celso João Ferretti, denominado “A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?format=pdf&lang=pt>.

aprovação, sendo este em torno da estrutura física de inúmeras escolas brasileiras, como a do nosso campo, que não dispõe de recurso material e estrutural que tenha condições para a realização dos itinerários. Ficando claro os impactos já vivenciados pelos estudantes da rede estadual com a reforma do ensino médio.

A partir da pesquisa foi possível, portanto, identificar que a pouca distribuição do livro didático tem sido um ponto de dificuldade para o ensino de sociologia. Segundo o que nosso colaborador aponta, inicialmente não se teve o repasse de nenhuma orientação de como se deveria trabalhar o material. Para o professor mesmo nos dias atuais existem inúmeros profissionais que não sabe como usar o livro didático, resultado da falta de orientação por partes dos órgãos responsáveis.

A precarização do ensino, aliado a implementação da MP, tem aprofundado as desigualdades educacionais, comprometendo desta maneira a formação cidadã de jovens e adolescentes assistidos pela rede estadual do ensino médio, no interior do estado do Maranhão.

Quando solicitado ao nosso colaborador que fornecesse suas contribuições acerca do antes e depois da reforma do currículo, como ele avalia o ensino de Sociologia nesses momentos distintos, este responde que:

Tanto antes como agora, a disciplina sempre sofreu muito com as alterações dessas reformas, infelizmente perdeu a carga horária e essa diluição por área de conhecimento exige do professor estratégias e conhecimento amplo, interdisciplinar para perceber os conhecimentos da sociologia para o trabalho em sala (Trecho retirado a entrevista com o prof. Ronilson, 2022).

É notável que em outrora, assim como na conjuntura atual, a Sociologia passou por momentos de inclusão e exclusão no currículo do ensino médio, pois a reforma estimulou a “flexibilização curricular” e a diluição das disciplinas ao estabelecer que somente as disciplinas de língua portuguesa e matemática passam a ser obrigatórias no ensino médio, ou seja, uma reforma com maior aproximação com o mercado de trabalho. Ao alunado, é permitido escolher entre um dos cinco itinerários formativos que serão oferecidos, após o término das disciplinas obrigatórias.

Um ponto peculiar desta reforma educacional dá-se a semelhança com o que ocorreu na Ditadura Militar (1964-1985), através da Lei 5.692/71, em que o governo militar reestruturou o sistema escolar, criando a escola do ensino fundamental (ou primeiro grau) de oito anos (1ª a

8ª séries) e reorganizando os objetivos fundamentais do ensino de 2º grau, voltado para uma formação mais profissionalizante (Martins, 2014).

No último ponto nosso colaborador ateu-se a expor suas interpretações sobre a Reforma do Ensino Médio, a qual, para ele, necessita passar por revisão, devendo assim, ser acompanhado por profissionais qualificados.

Sinto que Novo Ensino Médio precisa ser revisto, acompanhando o trabalho dos profissionais, alguns professores não estão sabendo como desenvolver o trabalho, falta material didático, o Projeto de vida e as eletivas talvez são pontos positivos, e os itinerários formativos sem material e laboratório de trabalho por algumas áreas dificulta bastante as aulas desenvolvidas. O Novo Ensino Médio tem gerado muitas dúvidas entre os docentes, faltou a maior participação dos profissionais na sua elaboração, a base, os professores que estão na sala de aula se sentem sem direção muitas vezes, o que falta um trabalho formativo, acompanhamento pontualmente durante a implementação este ano (Trecho Retirado da Entrevista com o prof. Ronilson, 2022).

A fala do professor aponta para a importância do diálogo com a base, ou seja, com professores, alunos e sociedade civil no que tange a construção do debate, já que estes compõem o grupo de sujeitos atingidos por essa política. É possível destacar que o não diálogo com a comunidade escolar e sociedade civil tem sido uma das prerrogativas que fomentam as dificuldades da reforma. Havendo, desta forma, a necessidade da construção de políticas públicas que objetivem a formação destes profissionais para atuarem nesse novo contexto de transformações do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os dados históricos mostram que desde o seu surgimento no cenário brasileiro, a Sociologia tem exercido papel central na formação de homens e mulheres, capacitando-os para o pleno exercício da cidadania. Embora, sua permanência e obrigatoriedade tenha sido, em vários momentos, colocada em discussão.

No contexto atual em que vigora a Lei 13.415/2017, notamos, através da pesquisa, que professores e alunos já se encontram sofrendo os efeitos da reforma. O município de São Bernardo se encontra marcado pela falta de estruturas adequadas, pouco material, pelo sucateamento da educação pública.

Saliento, desta maneira, que com o funcionamento dos itinerários formativos surgem as primeiras prerrogativas negativas da reforma, resultante da imposição do Governo Federal e ratificado pelo Governo Estadual. Através dos itinerários formativos privilegia-se uma formação mais voltada para o mercado de trabalho, priorizando desta forma, o desenvolvimento de mão de obra, barata e submissa aos comandos de seu empregador.

Assim, com a retirada da obrigatoria do ensino de Sociologia, reduz-se a possibilidade de estudo dos jovens da rede pública estadual do município de São Bernardo, acarretando possíveis consequências para a formação destes sujeitos.

Segundo apontamentos da pesquisa, a configuração atual tem sido prejudicial para o desenvolvimento do ensino de Sociologia, sobretudo, por se tratar de um contexto desprivilegiado. Dessa forma, fica evidente que professores e alunos da rede estadual, no município de São Bernardo, estado do Maranhão, já enfrentam alguns dos problemas, anteriormente apontados, por pesquisadores do assunto, como; políticas formativas que orientem professores. Assim, como a nítida falta de infraestrutura de nossas escolas, como mencionando por nosso colaborador, a falta de material didático, assim como o próprio desconhecimento dos profissionais acerca do funcionamento do novo ensino.

Por fim, finalizamos ressaltando que na atual modelagem a reforma atua como política reforçadora da lógica capitalista na a educação brasileira, aprofundando a existência de desigualdades educacionais entre jovens brasileiros.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** 5 (2009): 7-41.

BRASIL. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências Humanas e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão preliminar. Brasília: MEC, 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/37551>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo, Dominus/Edusp, 1966.

FEIJÓ, Fernanda. Ciências Sociais no Ensino Médio: pensando a Sociologia para uma formação democrática. In: BODART, Cristiano das Neves; LIMA, Wanderson Luan dos Santos

DOI: <https://doi.org/10.62236/missoes.v10i1.262>

ISSN: 2447-0244

(Org.). **O ensino de Sociologia no Brasil, vol.1.** Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019. pp. 85-112.

_____. Quando o parlamento jovem torna-se parte da aula de Sociologia do Ensino Médio que visa a Educação Política. In: BODART, Cristiano das Neves (Org.). **O ensino de Sociologia e de Filosofia.** Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020. pp. 43-80.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepção e contradição.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização.** 4ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira 1997.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Documento curricular do território maranhense: ensino médio / Maranhão,** Secretaria de Estado da Educação. — São Luís, 2022.

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. In: **Educar em Revista,** Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014.

MORAES, Amaury Cesar. **O ensino de sociologia: mediação entre o que se aprende na universidade e o que se ensina na escola.** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 12 n. 1 jan. a junho. 2017.

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. **O ensino da sociologia: dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento.** Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2011/10/ARTIGO-O-Ensino-da-Sociologia.pdf>. Acessado em: 20/11/2022.